Portaria n.º 9:422 — Fixa as taxas a cobrar sobre o carvão vegetal, antracite, hulhas, coque ou aglomerados de carvão mineral que forem importados no País, carvão mineral extraído das minas portuguesas e carvão vegetal fabricado no País.

Ministério da Agricultura:

Declaração de ter sido autorizada a transferência de uma verba inscrita no orçamento do Ministério, do n.º 3) para o n.º 4) do artigo 27.º, capítulo 3.º

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria

Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário do Governo* n.º 300, 1.ª série, de 26 do corrente mês, pelo Ministério das Finanças, Direcção Geral das Contribuições e Impostos, o decreto-lei n.º 30:219, determino que se faça a seguinte rectificação:

No artigo 1.º, onde se lê: «... Artigo 3-A. A aguardente ou alcool ...», deve ler-se: «... Artigo 3-A. Aguardente ou alcool ...»; onde se lê: «Artigo 46. Cheques passados e pagáveis no continente da República e ilhas adjacentes — \$03 (sêlo especial).», deve ler-se: «Artigo 46. Cheques passados e pagáveis no continente da República e ilhas adjacentes — \$05 (sêlo especial) (a).

(a) Continuarão em vigor até à sua completa extinção, e sem necessidade de aposição de novo sêlo, os cheques já selados com a taxa de \$02.»;

onde se lê: «... Artigo 105 ... XXVIII ... Esta taxa não é acumulável com o artigo 89 desta tabela ...», deve ler-se: «... Artigo 105 ... XXVIII ... Esta taxa não é acumulável com a do artigo 89 desta tabela ...»; onde se lê: «... Artigo 105 ... XXXI ... Quando, porém, o agente de emigração acumule as suas funções com as de passagens e passaportes ...», deve ler-se: «... Artigo 105 ... XXXI ... Quando, porém, o agente de emigração acumule as suas funções com as de agente de passagens e passaportes ...».

Em 30 de Dezembro de 1939. — *António de Oliveira Salazar.*

MINISTÉRIO DO INTERIOR

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 30:229

Com fundamento no disposto no artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizada a 3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a mandar satisfazer ao guarda de 1.ª classe da policia de segurança pública de Lisboa, Francisco Morais de Carvalho, em conta da verba para pagamento de despesas de anos económicos findos, inscrita no artigo 211.º, capítulo 7.º, do orçamento do Ministério do Interior para o corrente ano económico de 1939, a importância de 433\$54, repartente aos vencimentos relativos ao período de 4 a 31

de Dezembro de 1938, que deixaram de lhe ser satisfeitos pela policia de vigilância e defesa do Estado, onde esteve a prestar serviço.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Dezembro de 1939. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque.*

Decreto n.º 30:230

Com fundamento no disposto no artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizada a 3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a mandar satisfazer, em conta da verba para despesas de anos económicos findos inscrita no artigo 211.º, capítulo 7.º, do orçamento do Ministério do Interior para o ano económico de 1939, as seguintes despesas com presos políticos e sociais, cadastrados e vadios, feitas de conta do mesmo Ministério pelas colónias abaixo indicadas:

Cabo Verde:	
Anos de 1937 e 1938	557.902\$00
Guiné:	
Anos de 1937 e 1938	18.149\$94
Timor:	
Ano de 1938 — Patacas \$ 23.682,59, calculadas ao câmbio de 7\$	165.778\$20
	<u>741.830\$14</u>

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Dezembro de 1939. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 30:231

Com fundamento nas disposições do § 3.º do artigo 6.º do decreto n.º 29:320, de 30 de Dezembro de 1938, depois de ouvido o Conselho de Ministros, nos termos do mesmo parágrafo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizada a Colónia Penal Agrícola António Macieira a despendar a totalidade das receitas próprias do mesmo estabelecimento, já entregues e a entregar nos cofres do Estado, até à importância de 140.000\$ inscrita no artigo 190.º, capítulo 5.º, do orça-